

Por Dayanne Avelar

Demandas judiciais por acesso a tratamentos médicos revelam lacunas na definição de limites legais, resultando em grande judicialização e impactos negativos na saúde dos menos favorecidos

Os direitos fundamentais à saúde e à vida, assegurados pela Constituição, servem como bases fundamentais para outros direitos e são frequentemente invocados como argumentos em demandas judiciais para acesso a tratamentos médicos e obtenção de medicamentos ou substâncias. No entanto, os limites para a concessão de liminares ou para a decisão final do judiciário não estão claramente definidos, resultando em uma grande judicialização e, muitas vezes, tendo impactos negativos na saúde dos pacientes menos favorecidos que deveriam ser beneficiados.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Migalhas, em 03.05.2024